

itica

## Negros discutem reivindicações à Constituinte

**Belo Horizonte** — Cerca de 70 negros participaram do encontro preparatório à convenção nacional sobre "O Negro e a Constituinte" que se realizará em Brasília, dias 26 e 27 próximos. Eles discutiram o apoio a candidatos, negros ou brancos, identificados com a luta contra a discriminação à raça negra e teses que pretendem ver incluídas na próxima Constituição brasileira.

"É a primeira vez que a raça negra se organiza para levar suas reivindicações a uma Assembleia Nacional Constituinte. Apoiamos, no geral, as reivindicações dos trabalhadores brasileiros. Mas a população negra tem problemas específicos, que têm de ser discutidos e têm de ser contemplados em uma nova Constituição, disse um integrante do Movimento Negro Unificado, José Dias Pereira.

### Questões específicas

Os negros examinaram propostas a serem discutidas na convenção nacional que elaborará um documento final a ser enviado à Comissão Arinos, aos partidos políticos e aos constituintes a serem eleitos em novembro próximo.

Em relação à terra, ele querem a modificação do conceito de propriedade rural, ou seja, a terra vista como uma questão social; o acesso aos meios de produção rural, desde a terra até a comercialização da produção, passando pela assistência técnica; a preservação ambiental e das terras indígenas; a criação de uma confederação para financiamento a pequenos produtores, sob controle destes, e a educação voltada para a agricultura.

JORNAL DO BRASIL

Em relação ao trabalho, além de defenderem reivindicações gerais (como salário mínimo real, liberdade e autonomia sindical, jornada de trabalho de 40 horas semanais, pleno direito de greve e estabilidade, entre outros) os negros querem o fim da exigência do item "boa aparência" para admissão em empregos (que, segundo afirmaram, se baseia em uma "estética branca", que dificulta o acesso dos negros ao mercado de trabalho) e o reconhecimento da profissão de doméstica (em que atua uma maioria de mulheres negras) com todos os direitos garantidos aos outros trabalhadores.

Questões específicas dos negros foram também discutidas, nos temas cultura negra e educação. Eles querem a inclusão da história da África, dos negros no Brasil e de línguas africanas nos currículos escolares e a proibição formal da veiculação de idéias racistas e machistas nas escolas. Querem, ainda, mais verbas para a educação, melhores salários e condições de trabalho para os professores, 8 horas diárias de permanência das crianças nas escolas e a garantia de acesso à educação gratuita, desde o pré-escolar, até a universidade.

Os negros pretendem resgatar a lei Afonso Arinos, com o estabelecimento de novas sanções para casos de discriminação; o estabelecimento de indenização por perdas e danos aos discriminados e a criação de um fórum para o debate da questão racial. A criação de espaços voltados para a cultura negra; de centros sociais nas periferias das grandes cidades; o acesso à saúde; a garantia de pagamento de salários iguais para trabalhos iguais e a criação de creches, pelo governos, são também reivindicações dos negros mineiros.

— Nossa luta não começa, nem se encerra na Assembleia Nacional Constituinte. É um longo processo de resistência e de conscientização — disse Silvani dos Santos Valentim, do grupo de União e Consciência Negra.